

## **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**09 DE MAIO DE 2014**

1 Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas e  
2 trinta minutos, no Auditório da Prefeitura Municipal de Cascavel, aconteceu a  
3 Audiência Pública convocada pelo Ministério Público do Estado do Paraná, por meio  
4 da 8ª. Promotoria de Justiça da Comarca de Cascavel, para tratar da temática  
5 “Insuficiência de Vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIS”, sob  
6 a coordenação do Excelentíssimo Promotor de Justiça Dr. Luciano Machado de  
7 Souza. Iniciado o cerimonial de abertura do evento a Sra. Karen Richter Pereira dos  
8 Santos Romero – psicóloga do Ministério Público realiza a leitura do documento de  
9 convocação da referida audiência pública e convida para a composição da mesa de  
10 honra as seguintes autoridades: Excelentíssimo Dr. Luciano Machado de Souza –  
11 Promotor de Justiça da 8ª. Promotoria de Justiça da Comarca de Cascavel, Sr.  
12 Valdecir Antonio Nath – Secretário Municipal de Educação, Sr. Paulo Humberto  
13 Porto Borges – Vereador Municipal e Presidente da Comissão de Educação da  
14 Câmara de Vereadores de Cascavel, Dr. Lucas Campos - Defensor Público  
15 Estadual, Sra. Marilei Lourdes dos Santos Teixeira – Presidente do Conselho  
16 Municipal de Educação - CME, Sr. Valdair Mauro Debus – Presidente do Conselho  
17 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Sra. Maria Helena  
18 Salvati Pinto – Presidente do Conselho Tutelar regional Leste, Sr. Adilson de  
19 Amorim – Conselheiro Tutelar, neste ato representando a Presidente do Conselho  
20 Tutelar Oeste e a Rede de Atenção e Proteção Social do município de Cascavel, Sr.  
21 Amilton Benedito Peletti. – Presidente do Sindicato dos Professores de Cascavel, Dr.  
22 Andre Felipe Jorge da Silva – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil  
23 Seção de Cascavel. Nomina e agradece a presença das seguintes autoridades:  
24 Susana Medeiros Dal Molin – Secretária Municipal de Assistência Social, Sr. Celso  
25 Dal Molin, Sr. Romulo Quintino, Sr. Pedro Martendal – Vereadores Municipais.  
26 Também apresenta a justificativa de faltas dos seguintes vereadores: Sr Paulo  
27 Pacheco e Sr. Vanderlei do Conselho. Prosseguindo, o Coordenador do evento Dr.  
28 Luciano Machado de Souza cumprimenta a mesa de honra, as demais autoridades  
29 nominadas e especialmente à sociedade civil presente na plenária. Esclarece que o  
30 objetivo do Ministério Público é através dessa Audiência Pública cuja temática é a  
31 Insuficiência de Vagas nos CMEIS, oportunizar que o povo seja ouvido e possa se  
32 manifestar em relação ao assunto, pois o povo é o detentor da soberania e quem  
33 confere mandato ao executivo e demais órgãos públicos, para que atuem e  
34 promovam ações voltadas para as várias políticas municipais de direitos e no caso  
35 específico desta data e evento, relativos à Política Municipal de Educação Infantil.  
36 Expõe que está em andamento Processo que investiga a situação da educação  
37 infantil em Cascavel e quanto à insuficiência de vagas, e que este evento visa  
38 compartilhar com a sociedade as questões pertinentes ao inquérito civil em  
39 andamento, como oportunidade de discussão e debate, para fundamentar as  
40 deliberações para os próximos anos, viabilizando desta forma que a política pública  
41 seja efetivada e garanta os direitos fundamentais à educação. Que se pretende ouvir

42 a gestão da educação e a sociedade, para ajustar a conduta extrajudicialmente,  
43 caso contrário haverá necessidade de ajuizamento de ação para essa demanda.  
44 Enfatiza que estamos na casa do povo, onde deve ser oportunizada e garantida a  
45 participação e a cidadania. Declara aberta a audiência pública às dezenove horas e  
46 cinqüenta e dois minutos, quando é aclamado pelos presentes. Neste momento a  
47 Sra. Karen Richter Pereira dos Santos Romero, responsável pelo cerimonial realiza  
48 a correção do nome do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Sr. Márcio  
49 Pacheco, anteriormente anunciado como Paulo Pacheco, o qual justificou sua  
50 ausência no evento. Agradece aos componentes da mesa de honra pela presença e  
51 solicita que os mesmos desfaçam a mesa de honra e os convida a fazerem parte da  
52 plenária. Dr. Luciano permanece na Coordenação da Mesa de Trabalhos e com  
53 exposição em multimídia realiza a seguinte apresentação: **MEMORIAL DO IC 388-**  
54 **3.2011: - EM 03 ANOS FORAM CRIADAS 2.286 VAGAS (65% de incremento); - A**  
55 **FILA FOI REDUZIDA PELA METADE, mas restam cerca de 2.000 CRIANÇAS na**  
56 **espera; - SEMED PROPÕE CRIAR MAIS 1.400 VAGAS EM 2014 E 2015; -**  
57 **RESTARÁ FILA DE 600 CRIANÇAS,** bem como dos seguintes artigos da  
58 Constituição Federal de 1988: art. 3º - Constituem **objetivos fundamentais da**  
59 **República** Federativa do Brasil: I - construir uma **sociedade livre, justa e solidária**;  
60 II - garantir o **desenvolvimento** nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização  
61 e **reduzir as desigualdades** sociais e regionais; IV - **promover o bem de todos,**  
62 sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de  
63 discriminação; Art. 5º **Todos são iguais perante a lei,** sem distinção de qualquer  
64 natureza...; Art. 6º São direitos sociais **a educação,** ... Art. 30. Compete aos  
65 **Municípios:** I - legislar sobre assuntos de **interesse local**; II - **suplementar a**  
66 **legislação** federal e a estadual no que couber; (...) VI - manter, com a cooperação  
67 técnica e financeira da União e do Estado, **programas de educação infantil** e de  
68 ensino fundamental; Art. 205. A **educação, direito de todos e dever do Estado** e  
69 da família, será **promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,**  
70 visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da  
71 cidadania e sua qualificação para o trabalho; Art. 211, § 2º Os **Municípios atuarão**  
72 **prioritariamente** no ensino fundamental e na **educação infantil**; Art. 206. O ensino  
73 será ministrado com base nos seguintes princípios: I - **igualdade de condições**  
74 **para o acesso e permanência** na escola; (...) Art. 208. O **dever do Estado** com a  
75 educação será efetivado mediante a garantia de: I - **educação básica obrigatória e**  
76 **gratuita dos 4 (quatro)** aos 17 (dezessete) anos de idade..., V - **educação infantil,**  
77 em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade... § 1º - O acesso ao  
78 ensino obrigatório e gratuito é **direito público subjetivo,** § 2º - O não-oferecimento  
79 do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa  
80 **responsabilidade da autoridade competente**; Art. 206. O ensino será ministrado  
81 com base nos seguintes princípios: I - **igualdade de condições para o acesso e**  
82 **permanência** na escola; (...) Art. 208. O **dever do Estado** com a educação será  
83 efetivado mediante a garantia de: I - **educação básica obrigatória e gratuita dos 4**  
84 **(quatro)** aos 17 (dezessete) anos de idade... (Art. 6º, EC 59/09: o disposto neste  
85 inciso deverá ser **implementado progressivamente, até 2016,** nos termos do Plano  
86 Nacional de Educação...) V - **educação infantil,** em creche e pré-escola, às crianças  
87 até 5 (cinco) anos de idade... § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é  
88 **direito público subjetivo,** § 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo  
89 Poder Público, ou sua oferta irregular, importa **responsabilidade da autoridade**

90 **competente.** Prosseguindo sua apresentação o Promotor de Justiça Dr. Luciano  
91 apresenta em slides a **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**  
92 - Art. 29. **A educação infantil**, primeira etapa da educação básica, tem como  
93 finalidade o **desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos**, em seus  
94 aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família  
95 e da comunidade; Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - **creches, ou**  
96 **entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade**; II - **pré-**  
97 **escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade**; Art. 31. A  
98 educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I -  
99 **avaliação** mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças,  
100 **sem o objetivo de promoção**, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II -  
101 **carga horária mínima** anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo  
102 de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III - atendimento à criança de, no  
103 **mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a**  
104 **jornada integral**; IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-  
105 escolar, exigida a **frequência mínima de 60%** (sessenta por cento) do total de  
106 horas; V - expedição de documentação que permita atestar os processos de  
107 desenvolvimento e aprendizagem da criança. Apresenta ainda como **Desafios do**  
108 **Sistema** as seguintes questões: **1) UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE PRÉ-**  
109 **ESCOLA ATÉ JANEIRO DE 2016: 8.250 VAGAS (IBGE 2010) – 4.977 matriculados**  
110 **em 2012 (IPARDES2013) = NECESSIDADE DE 3.273 NOVAS VAGAS! -**  
111 **QUANTAS VAGAS VÃO SER CRIADAS EM 2014 E 2015? 2) ATENDER A**  
112 **DEMANDA MANIFESTA POR BERÇARIO E MATERNAL: universalização =**  
113 **15.833 (IBGE2010); mínimo de 7.916 até 2020 - 5.151 matriculados em 2012**  
114 **(IPARDES2013) = NECESSIDADE DE 2.800 NOVAS VAGAS! - QUANTAS VAGAS**  
115 **VÃO SER CRIADAS NOS PRÓXIMOS ANOS?** Prosseguindo Dr. Luciano passa a  
116 palavra ao Dr. Valdecir Antonio Nath – Secretário Municipal de Educação, para o  
117 qual informa que terá vinte minutos para sua exposição e após a plenária terá cinco  
118 minutos para contribuições e dúvidas, de forma individual, com o uso do microfone  
119 que será disponibilizado. Sr.Valdecir saúda as autoridades e aos presentes e expõe  
120 que apresentará dados dos avanços conseguidos e as metas a serem atingidas pela  
121 Secretaria Municipal de Educação em relação à Educação infantil. Com o apoio de  
122 slides apresentados em multimídia, apresenta os seguintes dados: **ESTRUTURA DE**  
123 **EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO - UNIDADES DE ENSINO - 61 ESCOLAS**  
124 **MUNICIPAIS; 46 CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM**  
125 **ATENDIMENTO INTEGRAL; MATRÍCULAS EM 2014 – INICIAL - ALUNOS**  
126 **MATRICULADOS NO ENSINO REGULAR (PRÉ-ESCOLA E ANOS INICIAIS – 1º**  
127 **AO 5º ANO E MODALIDADE EJA) - 22.086 ALUNOS; ALUNOS MATRICULADOS**  
128 **NOS 46 CMEIs – ATENDIMENTO INTEGRAL - 5.025 CRIANÇAS; QUADRO DE**  
129 **PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO**  
130 **(PROFESSORES, PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E MONITORES)**  
131 **2014 - Vínculos: 2.819 e Servidores: 2.071; PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**  
132 **(SECRETÁRIOS, INSTRUTORES DE INFORMÁTICA, MONITORES DE**  
133 **BIBLIOTECA, ZELADORES, AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS,**  
134 **ESTAGIÁRIOS E VIGIAS) - Servidores: 1.490, TOTALIZANDO 3.561 servidores;**  
135 **PRINCIPAIS OBRAS EM ANDAMENTO: I) Construção de CMEI PROINFÂNCIA B,**  
136 **no Loteamento Marisa, Bairro XIV de Novembro, com projeto próprio do FNDE,**  
137 **Metodologias Inovadoras. Valor empenhado: R\$1.502.721,54; II) Construção de**

138 **CMEI PROINFÂNCIA B, no Bairro Cascavel Velho, Rua Munique**, com projeto  
139 próprio do FNDE, Metodologias Inovadoras. Valor empenhado: R\$1.494.339,99; III)  
140 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF<sup>a</sup>. GLADIS TIBOLA – CENTRO –  
141 **INVESTIMENTO APROXIMADO DE R\$4.000.000,00**; IV CONSTRUÇÃO DE CMEI  
142 NO TURISPARQUE – **R\$2.000.000,00**; V) CONSTRUÇÃO DE CMEI NO  
143 UNIVERSITÁRIO – **R\$1.600.000,00**; VI - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL  
144 PROF<sup>o</sup> ADEMIR CORREIA BARBOSA – PARQUE DOS IPÊS – **INVESTIMENTO**  
145 **APROXIMADO DE R\$7.000.000,00 - Previsão de Término: Junho/2015;**  
146 **EDUCAÇÃO INFANTIL** - Ampliar a oferta de vagas em Centros Municipais de  
147 Educação Infantil, de forma gradativa, no que se refere a atendimento diário, parcial  
148 e integral, às crianças de 0 a 5 anos buscando e assegurando efetivamente a  
149 qualidade do ensino e do atendimento a ser ofertado, adequando o quadro funcional  
150 dos CMEIs de acordo com o número de crianças atendidas e profissionais  
151 necessários para realizar este atendimento; ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO  
152 INFANTIL POR FAIXA ETÁRIA – CMEIS, ESCOLAS MUNICIPAIS e ONGS:  
153 Matrículas 2014 – Berçário, faixa etária de 0 a 1 anos - total de 718 crianças;  
154 maternal I, faixa etária de 1 a 2 anos – 997 crianças; Maternal II, faixa etária de 2 a 3  
155 anos – 1.490 crianças; Pré Escolar I – CMEI, faixa etária de 3 a 4 anos – 1.569  
156 crianças; Pré Escolar II – CMEI, faixa etária de 4 a 5 anos – 124 crianças; Pré  
157 Escolar I – ESCOLAS, faixa etária de 3 a 4 anos – 289 crianças; Pré Escolar II –  
158 ESCOLAS, faixa etária de 4 a 5 anos – 2.733 crianças e ONGS, faixa etária de 0 a 5  
159 anos – 802 crianças, TOTALIZANDO - 8.722 crianças; **DEMANDA REPRIMIDA –**  
160 **2014 - EM LISTA DE ESPERA EM CMEI OU ESCOLA: Berçário, faixa etária de 0**  
161 **a 1 ano – 620 crianças; Maternal I, faixa etária 1 a 2 anos – 960 crianças e**  
162 **Maternal II, faixa etária de 2 a 3 anos – 832 crianças. DEMANDA PREVISTA**  
163 **PARA UNIVERSALIZAR – PRÉ I E PRÉ II: Pré Escolar I, faixa etária de 3 a 4**  
164 **anos – 1.642 crianças e Pré Escolar II, faixa etária de 4 a 5 anos – faixa etária**  
165 **643 crianças, TOTALIZANDO 2.285 crianças. EVOLUÇÃO NO ATENDIMENTO À**  
166 **EDUCAÇÃO INFANTIL EM CMEIS – PERÍODO DE 2001 A 2014: 2001 – 25 CMEIS**  
167 **– 2.047 crianças; 2008 – 28 CMEIS – 2.362 crianças, 2009 – 36 CMEIS – 3.467**  
168 **crianças; 2013 – 38 CMEIS – 3.821 crianças; 2014 – 1º SEMESTRE – 46 CMEIS**  
169 **– 5.025 crianças e 2º SEMESTRE – 50 CMEIS – 5.775 crianças. EXPANSÃO DA**  
170 **EDUCAÇÃO INFANTIL CMEIS 2015/ 2016: 2015 – 04 novas unidades,**  
171 **capacidade de atendimento 650 crianças; 2016 – 04 novas unidades,**  
172 **capacidade de atendimento 650 crianças – TOTALIZANDO 08 novas unidades e**  
173 **CAPACIDADE DE ATENDIMENTO PARA 1.300 crianças. Ano de 2015 já**  
174 **definidos nos Bairros XIV DE NOVEMBRO, CASCAVEL VELHO,**  
175 **UNIVERSITÁRIO/ TURISPARQUE e UNIVERSITÁRIO/ JARDIM UNIÃO e Ano de**  
176 **2016 estão previstos para o UNIVERSITÁRIO, REGIÃO DO PARQUE VERDE,**  
177 **REGIÃO DO PARQUE DOS IPÊS e REGIÃO DO BAIRRO FLORESTA.**  
178 **EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA – FAIXA ETÁRIA DE 4 A 5**  
179 **ANOS, PARA 2015 E 2016/ EM CONSTRUÇÃO E A CONSTRUIR: Escola Neiva**  
180 **Ewald – Jardim Presidente- 90 vagas; Escola Professor Ademir Correia**  
181 **Barbosa – Parque dos Ipês – 200 vagas; Escola Professora Gladis Maria Tibola**  
182 **– Centro – 100 vagas; Ampliações e reformas em Escolas – 700 vagas e Escola**  
183 **Loteamento Gralha Azul – Interlagos – 200 vagas, TOTALIZANDO 1.290 vagas.**  
184 **DESAFIOS PRA CUMPRIR A LEI 12.796/2013 ATÉ 2016: PRÉ ESCOLAR I (para**  
185 **4 anos), Número de Matrículas em 2014 – 1.858 e número de vagas a serem**

186 **ofertadas até 2016 – 1.642; PRÉ ESCOLAR II (para 5 anos), Número de**  
187 **Matrículas em 2014 – 2.857 e número de vagas a serem ofertadas até 2016 –**  
188 **643, TOTALIZANDO 2.285 vagas. COMO CUMPRIR ATÉ 2016/ ETAPA E**  
189 **ENCAMINHAMENTOS: PRÉ ESCOLAR I – Universalizar em 2015 – Escola; PRÉ**  
190 **ESCOLAR II – Universalizar em 2016 – Escola e CMEIS; Escolas são vagas**  
191 **para Pré I e II até 2016 – 1.290 vagas; 04 CMEIS vão abrir 80 vagas para Pré I e**  
192 **II em cada Unidade em 2014 – 320 vagas; 04 CMEIS vão abrir 80 vagas para Pré**  
193 **I e II em cada Unidade em 2015 – 320 vagas e 04 CMEIS vão abrir 80 vagas para**  
194 **Pré I e II em cada Unidade em 2016 – 320 vagas – TOTALIZANDO 2.250 vagas**  
195 **com a seguinte ressalva – “consideramos em CMEI atendimento integral,**  
196 **porém o Município pode optar por ofertar parcial, ampliando o número de**  
197 **vagas”. NOVAS VAGAS PARA CRECHES (FAIXA ETÁRIA DE 0 a 3 ANOS):**  
198 **Berçário – 120 vagas em 2014, 160 vagas em 2015 e 160 vagas em 2016;**  
199 **Maternal I - 120 vagas em 2014, 160 vagas em 2015 e 160 vagas em 2016;**  
200 **Maternal II – 150 vagas em 2014, 200 vagas em 2015 e 200 vagas em 2016,**  
201 **TOTALIZANDO POR ANO 390 vagas em 2014, 520 vagas em 2015 e 520 vagas**  
202 **em 2016 e DE 2014 A 2016 1.430 novas vagas.** Finalizada a exposição o  
203 Secretário esclarece que há uma grande demanda de crianças da rede privada  
204 migrando para a rede municipal e que matriculam a partir da ordem de data de  
205 cadastro e qualquer alteração nesse sentido é uma questão muito complexa, pois  
206 repercute diretamente na postura da coordenação do CMEIS e há acompanhamento  
207 da sociedade e dos pais em relação à inclusão de crianças nas vagas. Expõe que  
208 como precisam atender as situações de medida de proteção, encaminhadas pelo  
209 Judiciário e Conselheiros Tutelares são questionados, pois a sociedade reconhece  
210 muitas vezes como situações de apadrinhamento e fura fila. Esclarece ainda a  
211 questão da dificuldade de manutenção do quadro de profissionais para atendimento  
212 da demanda, pois já foram realizadas convocações de dois ou três concursos, bem  
213 como de processo seletivo, mas há uma grande rotatividade dos profissionais que  
214 migram para vagas do ensino fundamental, para a rede privada e para a rede  
215 estadual de ensino. Outra complexidade do sistema de educação infantil é relativa à  
216 carga horária ser de tempo integral, pois todos sabem o quão difícil é realizar a  
217 atenção integral às crianças nessa faixa etária, pois é uma etapa de vida da criança  
218 que exige uma atenção especial em relação à socialização e com cuidados na  
219 higiene, alimentação e outros de suma importância para garantir o direito integral de  
220 desenvolvimento das mesmas. Diz que não computam a faixa etária de 4 e 5 anos  
221 na lista de espera, pois a partir de 2015 até 2016, todas as crianças nessa condição  
222 terão que estar obrigatoriamente no ensino fundamental. Concluída a apresentação  
223 do Sr. Valdecir o Promotor de Justiça Dr. Luciano agradece pela sua exposição e  
224 solicita a manutenção do mesmo na mesa de trabalho para o debate. Dr. Luciano  
225 menciona e agradece a presença do delegado da Polícia Federal Sr. Marcos  
226 Rezende e do Dr. Marcelo Lucena Diniz – Defensor Público do Estado do Paraná.  
227 Dando continuidade abre para as contribuições, propostas e dúvidas da plenária,  
228 momento em que passa a palavra ao Vereador Paulo Porto para sua manifestação.  
229 O Vereador diz que o fundamental da audiência são os encaminhamentos para  
230 garantir os direitos das crianças. Fala que se preocupa com a possibilidade de  
231 quebrar o atendimento para quatro horas, pois essa alternativa poderá facilitar para  
232 a administração, porém, em sua opinião será uma tragédia para as famílias e os  
233 trabalhadores de Cascavel. Diz que veio para ouvir e após, garantir que os

234 encaminhamentos propostos sejam evidentemente cumpridos pelo Executivo  
235 Municipal. Dr. Luciano esclarece que a lei permite período parcial ou integral a partir  
236 de 2016, contudo salienta a importância da preocupação do Vereador Paulo Porto. A  
237 Sra. Marilei Lurdes dos Santos Teixeira, Presidente do Conselho Municipal de  
238 Educação – CME faz uso da palavra, momento em que deseja boa noite a todos e  
239 diz que há muito tempo o Conselho vem sentindo a necessidade de discutir  
240 amplamente esse assunto de grande relevância com a sociedade civil. Inicialmente  
241 diferencia o papel da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de  
242 Educação. Clarifica que em 2010 o Município decidiu pelo Sistema Municipal de  
243 Ensino, através do Órgão Executor que é a Secretaria Municipal de Educação –  
244 SEMED e que o Conselho é o Órgão normativo, deliberativo, fiscalizador, consultivo  
245 e de controle social. Que o Conselho possui doze titulares e doze suplentes e que  
246 todas as suas deliberações estão no portal do município de Cascavel, no site da  
247 SEMED. Fala que a falta de vagas na educação infantil incomoda a todos nós e a  
248 SEMED tem sido muito provocada a definir os critérios de inclusão das crianças.  
249 Salienta que a questão da qualidade também precisa ser considerada e não  
250 somente em relação ao número de vagas ofertadas. Que a absorção pelo ensino  
251 fundamental definiu critérios mínimos e que se observam avanços significativos,  
252 decorrentes da qualificação dos professores. No sistema de educação atual não se  
253 admite mais voluntários e pessoas bem intencionadas, há necessidade e a política  
254 de educação precisa garantir professores qualificados e preparados para essa  
255 atividade, bem como, currículo que assegure conteúdos, processo metodológico de  
256 acordo com a idade, espaço e condições de atendimento planejado. As exigências  
257 são muitas e o município precisa oferta dentre várias condições já expostas, uma  
258 alimentação com acompanhamento nutricional e número de alunos de acordo com o  
259 espaço físico adequado e qualificado. Concluída sua fala Dr. Luciano solicita sua  
260 manutenção na mesa de trabalho e passa a palavra para o Sr. Valdair Mauro Debus  
261 – Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fazer  
262 sua manifestação. Sr. Valdair cumprimenta Dr. Luciano e expõe sobre o  
263 acompanhamento que é feito pelo Conselho, através de reuniões nas quais os  
264 Conselhos Tutelares apresentam os dados de atendimentos dos Conselhos  
265 Tutelares Regionais Leste e Oeste. Fala que é necessário discutir com sociedade e  
266 com a gestão sobre a política de atendimento municipal na área da educação  
267 infantil, pois toda criança tem direito, independentemente de classe social, mas em  
268 especial àquelas que os pais precisam trabalhar para garantir o sustento da família e  
269 dos próprios filhos. Esse direito é previsto na Constituição Federal e no Estatuto da  
270 Criança e do Adolescente. Expõe que o CMDCA vem acompanhando a angústia das  
271 famílias e principalmente das mães frente à procura de vagas nos CMEIS, dado  
272 esse que aparece dentre os principais direitos violados em Cascavel que é “falta de  
273 vagas em CMEIS ou Entidades Equivalentes”. Não pode-se mais veicular o grande  
274 número de novas moradias Cascavel, que é uma Metrópole em crescimento, pois  
275 assim mais famílias se sediarão em Cascavel e o crescimento será desajustado e  
276 sem a estrutura básica necessária para tal. Após concluir sua fala Sr. Valdair  
277 permanece na mesa de trabalho. Faz uso da palavra a Conselheira Tutelar Sra.  
278 Maria Helena Salvati Pinto, que afirma que eles conselheiros tutelares é que sofrem  
279 diante dos anseios das mães desesperadas que os procura (sic) para implorar uma  
280 vaga para poder trabalhar. Fazemos a requisição da vaga que não existe. Nós é que  
281 sofremos e estamos aqui para clamar para os Órgãos que o poder de fazer a

282 aplicação do dinheiro, pois estamos cansados de ver a mãe sofrendo e implorando  
283 uma vaga para seus filhos. Prosseguindo o Conselheiro Tutelar Adilson de Amorim  
284 faz uso da palavra e diz que de janeiro até essa data mais cento e noventa e três  
285 pedidos de vagas em CMEIS foram registradas somente no Conselho Tutelar  
286 Regional Oeste. Fala que sabem que as famílias ao procurarem uma vaga passam  
287 pelo CMEI e não consegue, daí vão até a SEMED, Conselho Tutelar e Ministério  
288 Público. Expõe que inexistente o cadastro Único, pois acredita que se ele existisse ter-  
289 se-ia o número real de vagas necessárias e demanda reprimida. Concorda e  
290 corrobora com a Sra. Marilei, quando essa menciona que a inserção determinada  
291 por eles, dos casos de risco social de crianças, e a colocação acima da capacidade  
292 pode certamente contribuir para cair à qualidade do atendimento ofertado. Diz que  
293 há a necessidade urgente de construção de novos CMEIS e das condições de  
294 trabalho para os profissionais. Expõe que pais choram durante os atendimentos que  
295 realizam no Conselho Tutelar e que quando solicitam e requisitam a vaga é para  
296 garantir o direito das crianças, independentemente se os pais trabalham ou não,  
297 contudo reconhece que é preciso se preocupar com a qualidade do atendimento  
298 ofertado. Maria Helena e Adilson permanecem na mesa de trabalho. Dr. Marcelo  
299 Diniz realiza sua manifestação, momento em que salienta a relevância do tema e do  
300 debate relativo ao mesmo. Esclarece aos presentes que a Defensoria Pública do  
301 Paraná está instalada em Cascavel há quatro meses apenas, e que a temática ora  
302 debatida é pertinente ao trabalho da Defensoria, pois onde há violação de direito  
303 individual certamente haverá também violações de direitos coletivos. Expõe que a  
304 Defensoria em Cascavel ainda está em fase de estruturação, mas que já estão  
305 atendendo a população, e se reporta aos Conselhos Tutelares dizendo que eles têm  
306 para onde encaminhar sim quando os direitos são violados, que é para eles  
307 defensores públicos. Salienta ainda que não somente às crianças tem seus direitos  
308 violados, mas seus pais que precisam ter condições para poder trabalhar. Diz  
309 acreditar que a demanda certamente é bem maior que a exposta pelo Secretário  
310 Municipal, apesar de reconhecer que Cascavel está à frente de muitos outros  
311 Municípios e ser referência no funcionamento da rede de atendimento às crianças e  
312 adolescentes, possui um atendimento muito bom, contudo ainda está posto esse  
313 gargalo que é vagas em CMEIS. Fala que fica feliz diante do fato da Prefeitura estar  
314 buscando alternativas e planejando formas de solução do problema, mas que se a  
315 situação permanecer e a demanda reprimida também, certamente haverá chuva de  
316 ações judiciais, com o apontamento dos problemas para a Defensoria. Dr. Luciano o  
317 convida a permanecer na mesa de trabalho e passa a palavra ao Presidente do  
318 Sindicato dos Professores – Sr. Amilton Benedito Peletti. Antes dessa fala Dr.  
319 Luciano alerta que as inscrições para o uso da palavra pela plenária está sendo  
320 encerrada e quem tiver interesse deverá providenciar sua inscrição. O representante  
321 do sindicato dos professores fala da necessidade de maior investimento por parte do  
322 Município na área da educação e que quando se fala em vagas se fala em crianças  
323 e não apenas em números. Que é preciso melhorar e qualificar a quantidade de  
324 profissionais para atender as crianças e aponta que faltam em torno de oitenta  
325 professores na educação infantil, sendo que cada vez mais está difícil de conseguir  
326 pessoas que queiram estudar bastante, trabalhar muito e ganhar pouco. Expõe que  
327 tem bons espaços de CMEIS e que é preciso avançar naqueles que não tem  
328 estrutura e condições para o trabalho dos profissionais. Que é preciso avançar em  
329 garantir melhores condições de trabalho, internet para pesquisa e preparação de

330 aula e não somente para garantir o registro do ponto, internet com qualidade e  
331 banda larga. Fala da sobrecarga de trabalho e do desrespeito com a saúde dos  
332 trabalhadores, pois dados de pesquisas apontam que o que mais afeta os  
333 profissionais de educação são as doenças psicológicas. Diz que a abertura de novas  
334 vagas tem o nosso apoio, mas que aliado a isso é preciso valorizar os profissionais,  
335 é preciso ampliar o mínimo que é investido na educação que hoje é vinte e cinco por  
336 cento. Conclui sua fala e permanece na mesa de trabalho para contribuir no debate  
337 com a plenária. Dr. Luciano abre o uso da palavra para questionamentos, dúvidas,  
338 contribuições e proposições, momento em que solicita aos presentes que se  
339 identifiquem ao fazer o uso da palavra e menciona o tempo individual, bem como  
340 registra a entrega do protocolo das Escolas Particulares de Cascavel que se  
341 propõem a realizar parcerias com o Município, visando o aproveitamento de vagas  
342 remanescentes nas unidades particulares, momento em que realiza a leitura do  
343 documento recebido. Sra. Alessandra Cortina Santos Advogada – Presidente da  
344 Associação de Pais e Professores – APPs, faz uso da palavra e diz que os CMEIS  
345 não têm estrutura e não tem apoio. Que ela já fez vários contatos com o Secretário  
346 Municipal de Educação, a fim de buscar informações verbalmente e após por escrito  
347 sem obtenção de respostas. Diz ter medo que os CMEIS virem “galinheiros” e os  
348 “pintinhos” venham a morrer naquele local inchado de gente. Expõe que o CEMEI  
349 São Francisco tem que fazer atividade sem mesas e no parquinho, que a  
350 coordenadora é sozinha e não tem auxiliar, que o local é muito pequeno. Menciona  
351 que suas duas filhas estudam lá e tem uma educação boa por conta do  
352 compromisso dos professores e não do poder público que tem falhado. Pergunta se  
353 haverá ampliação do quadro de servidores, melhoria nas condições de manutenção  
354 para as novas instalações que estão sendo previstas. A Sra. Ida Maria Dolla, diz que  
355 hoje na proposta das leis tudo ocorre através dos Conselhos e que essa Audiência é  
356 um momento de provocação entre as partes, na busca de melhoria da política  
357 pública municipal, e que sua preocupação é quanto à inclusão e acessibilidade  
358 urbanística, arquitetônica e de ajuda técnica para as crianças. Expõe que cada  
359 deficiência exige uma necessidade específica e personalizada. O Sr. Ovídio  
360 Cristiano Rohde, Médico, fala que a Educação Infantil compreendido pelo período de  
361 zero a sete anos, é o momento em que acontece a formação que garante o futuro de  
362 pessoas de sucesso, e que não podemos mais ser amadores, precisamos agregar  
363 pessoas que entendam de gestão para projetar a cidade para os próximos anos,  
364 pois nascem em Cascavel mais ou menos cinco mil crianças e que a educação  
365 precisa ser a prioridade para o desenvolvimento, educação, planejamento familiar e  
366 pesquisa. Diz que é necessário pensar na estrutura do Município, pois o Secretário  
367 atual não é eterno. Como Médico sabe que tem professores doentes, depressivos e  
368 desmotivados, frente às deficitárias condições de trabalho. No seu entender, a  
369 educação deveria ser federalizada, pois dizem que “cachorro que tem muitos donos  
370 morre de fome”. Que a educação com Valdecir ou sem Valdecir deve ser uma  
371 preocupação permanente da Cidade. Dr. Luciano complementa, relacionando os  
372 dados de crescimento populacionais infantis apresentados pelo Médico com os  
373 dados do IBGE e de demandas de vagas apresentadas pelo Secretário Municipal.  
374 Nesse momento repassa a palavra ao Secretário para os esclarecimentos, que  
375 serão realizados sempre após blocos de três perguntas. Sr Valdecir fala que os  
376 dados apresentados pelo Sr. Ovídio também tem preocupado os gestores da  
377 educação, saúde, assistência social, moradia, bem como em relação à preocupação



378 da Sra. Alessandra relativos ao CMEIS São Francisco. Menciona os Coordenadores  
379 de CMEIS presentes no evento. Seguindo, fala que há uma problemática com vinte  
380 unidades, as quais foram adaptadas nos idos da assistência social, e tem casos que  
381 eram casas onde as pessoas moravam. Diz que concluíram que não dá mais pra  
382 trabalhar nesta perspectiva. Quanto à questão de estrutura, não adianta remendar  
383 algumas coisas, pois a Secretaria possui em sua equipe dois engenheiros, dois  
384 arquitetos e um Engenheiro Elétrico, os quais fazem essas análises e pareceres, e  
385 segundo eles algumas unidades precisam ser totalmente demolidas. Quanto ao  
386 CMEI São Francisco, o mesmo passou por reformas e não resolveu à problemática.  
387 Quando não atendemos determinados itens é porque estamos pensando em algo  
388 melhor e buscando investir os recursos públicos de forma adequada. Ida Maria Dolla  
389 reforça que os espaços de trabalho e condições de acessibilidade estão  
390 prejudicados, não adianta ficar remediando, tem muita demanda para ser resolvida.  
391 Professor Amilton Benedito Peletti diz que a falta de profissionais e a demanda  
392 apresentada é a realmente existente, pois as unidades que estão em funcionamento  
393 serão supridas com equipes. Sr. Valdecir expõe que as cinco novas unidades foram  
394 financiadas com recursos do Governo Federal no que tange a mobiliário e  
395 equipamentos e que o município não pode mobiliar e equipar. Certamente poderiam  
396 fazer isso com recursos livres, pois seria aproximadamente um valor de cem mil  
397 reais, mas o Governo Federal amarrou de uma forma que isso não é possível. Fala  
398 que se respondermos hoje ao Conselho Tutelar e ao Dr. Luciano que está sendo  
399 dado um jeito, estaríamos sendo mentirosos, pois não atendemos quando o pai  
400 pede. Não podemos mentir e ficamos constrangidos, pois tem casos que precisamos  
401 atender situações de risco e precisamos colocar lá para dar banho e comida e  
402 resgatar a vida dessas crianças e tirá-las de situação de risco, o que faz com que  
403 muitas vezes as coordenadoras se sensibilizem a realizem a inclusão. Dr. Luciano  
404 expõe que há vários procedimentos investigando e que podem gerar fechamento de  
405 unidades com suas interdições. Que já há procedimentos envolvendo o Estado e o  
406 Município devido problemas de acessibilidade. Sra. Jaqueline Lacovic Conselheira  
407 do CMDCA e representante da PPS Prebisteriano, fala da qualidade de atendimento  
408 que é oportunizada em CMEIS, pois tem um filho que frequenta e outro que já  
409 frequentou o local. Esclarece quanto ao alto custo para realizar a manutenção,  
410 considerando a qualidade ofertada na alimentação das crianças e pagamento de  
411 profissionais, custo esse que fica sob a responsabilidade do Município e que há em  
412 algumas situações impedimentos legais, pois trabalha na Secretaria Municipal de  
413 Finanças e sabe das dificuldades nesse sentido. Sr. Ademar P. Ferreira - Presidente  
414 da Associação de Moradores do Jardim União expõe que faz dois anos que  
415 protocolou documento relatando a problemática do CMEI e da Unidade Básica de  
416 Saúde, instalados no terreno da UNIOESTE. Que o referido CMEI tem quase trinta  
417 anos de existência, capacidade para atendimento de noventa crianças, contudo  
418 atualmente está atendendo cem crianças e há na fila de espera quatrocentas  
419 crianças. Diz que fica imaginando as situações das mães que tiveram de largar  
420 emprego ou não conseguem se colocar no mercado de trabalho devido à falta de  
421 vagas e por não terem onde deixar seus filhos em segurança. Nesses dois anos o  
422 que viu de concreto foi o convênio da UNIOESTE e Prefeitura, porque era danosa, é  
423 uma região com quase trinta mil famílias gerando reclamações enquanto sociedade.  
424 A situação continua a mesma referente à questão de vagas e fala da preocupação  
425 que caso os CMEIS não sejam licitados no período que antecede a eleição, poderão

426 não sair, que passarão mais quatro anos e tudo vai ficar igual e que o mesmo ocorre  
427 com a situação da UBS. Propõe que haja uma negociação imediata entre  
428 UNIOESTE e Prefeitura e provisoriamente se coloque um novo CMEI para atender a  
429 necessidade do Bairro, pois havia ONGs no Bairro, mas os pais tinham que pagar e  
430 não possuem recursos para tal. Reforça que a situação daquele CMEI é deplorável,  
431 pois as crianças convivem no solarium que fica em cima de uma fossa e pede  
432 providências urgentes, pois se trata de garantia de saúde das crianças expostas  
433 nessa situação. Sr. Laerson Vidal Matias - Conselheiro do Conselho Municipal de  
434 Saúde, propõe que seja feito um TAC com o compromisso do Governo Municipal  
435 para garantia de demanda de vagas zero, recuperação dos CMEIS, qualificação e  
436 plano de cargos e salários para as “tias” que também são professoras. Solicita a  
437 judicialização do Governo Federal, para cumprimento de suas obrigações, bem  
438 como responsabilização das empresas para que cumpram as exigências legais  
439 quanto à garantia de atendimento às funcionárias que possuem filhos em condição  
440 de educação infantil. Defende ainda a posição de que não deve ser permitida a  
441 redução de tempo de permanência das crianças na educação infantil, pois será uma  
442 perda para a sociedade. Sr. Valdecir esclarece quanto à questão do meio período:  
443 que quando expôs, foi no sentido de que caso quiséssemos resolver de imediato o  
444 problema, a redução do tempo de permanência para quatro, seis ou oito horas,  
445 permitiria o atendimento de todo mundo, mas reconhece que é mais complexo e não  
446 é esse o caminho. Expõe que a universalização será adotada por vários municípios  
447 do Paraná e que o problema da educação infantil é histórico. Explica que para  
448 conseguir uma obra não é tão complexo, pois dez obras já foram aprovadas, pois o  
449 difícil e complexo é garantir o pagamento de folha e a manutenção, pois muitos  
450 recursos são específicos. Esclarece que os recursos das propostas apresentadas  
451 estão previstos no Plano Plurianual – PPA, bem como para o atendimento das  
452 necessidades dos CMEIS já existentes. Que o Município tem dois anos e meio, até  
453 2016, quando terão que realizar e regularizar todas as matrículas, e que é  
454 importante lembrar que infelizmente a Educação Infantil foi relegada a plano  
455 nenhum, quando primeiramente era reconhecida como creche e vinculada a Política  
456 de Assistência Social. Com a Lei do Fundo de Desenvolvimento do Ensino  
457 Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF em 2007 que trás novidades  
458 e avanços, mas é algo recente. Clarifica que em cada período que atuou como  
459 Secretário Municipal, perpassou por formas diferentes de atuação junto da política  
460 da educação, pois em cada gestão há diferenças. Quanto aos questionamentos  
461 relativos ao CMEI apontados pelo Ademar, esclarece que o período eleitoral não  
462 impede, pois os recursos são provenientes do município e já estão reservados e  
463 garantidos para isso. Expõe que três unidades estão sendo propostas para o Bairro  
464 Universitário e região e que há possibilidade de negociação com a UNIOESTE.  
465 Quanto ao TAC proposto por Laerson, não há objeção alguma. Dr. Luciano se  
466 dispôs a verificar sobre a questão da fossa da UBS, pois caso não esteja tramitando  
467 procedimento junto à Vara competente no Judiciário, fará o encaminhamento.  
468 Ademar esclarece que a fossa só foi identificada agora, após a instalação da rede de  
469 esgoto e que as Secretarias Municipais de Saúde e Educação precisam conversar e  
470 resolver o problema, pois é urgente. Dr. Luciano fala que será exigido pelo Ministério  
471 Público o cumprimento da legislação em todos os aspectos apontados e quanto à  
472 oferta de vagas pelas empresas é uma questão que diz respeito ao Ministério  
473 Público do Trabalho e, portanto, não pode responder quanto ao assunto. O Vereador

474 Paulo Porto, propõe o seguinte encaminhamento: não existe a possibilidade de se  
475 criar vagas, precarizando as vagas que já existem. Sr. Valdecir diz quanto à  
476 possibilidade de abertura de vagas para apenas um período, a fim de atender as  
477 mães que trabalham em apenas um período e não em outro. Considerando que  
478 algumas pessoas ainda estão inscritas para a fala e o adiantado do horário, Dr.  
479 Luciano prorroga o tempo. Sra. Tacieli - Consultora Técnica, expõe as dificuldades  
480 que encontrou para obtenção de vaga e sugere que seja criada em caráter de  
481 urgência a Central de Vagas. Diz que procurou a Secretaria Municipal de Educação  
482 e o Conselho de Educação sem êxito. Que há apadrinhamento sim, pois ouviu e  
483 vivenciou a situação na pele e sabe que isso ocorre sim, pois funcionárias da  
484 Prefeitura Municipal conseguem vagas para os filhos ao retornar ao trabalho após o  
485 período de licença, bem como são atendidos pedidos de Vereadores, momento em  
486 que se reportou às coordenadoras de CMEIS. Reforça a necessidade da Central de  
487 Vagas para que não haja fura fila, com a criação do CADÚNICO. Fala também sobre  
488 a falta de equipamentos, quanto ao orçamento e chama a atenção dos presentes  
489 para que se lembrem disso na hora dos políticos pedirem seus votos na campanha.  
490 Pergunta ao Sr. Valdecir: porque crianças matriculadas desde fevereiro ainda não  
491 estão freqüentando aula, e diz é porque não tem professora. Sra. Rosenei L. de  
492 Almeida - Professora, diz que quando se fala em novos CMEIS, o Governo Federal  
493 repassa recursos - esse repassa recursos para pagamento de professores, e  
494 questiona se não foram contemplados os professores não inclusos no Censo. Dr.  
495 Luciano esclarece que a questão de alocação de Recursos Federais é de  
496 competência das Procuradorias Federais de Justiça. Sr. Pedro Maria Martendal de  
497 Araújo – Vereador parabeniza o empenho do Dr. Luciano quanto à realização da  
498 Audiência Pública e expõe que é nesse período de vida das crianças é que ficam as  
499 marcas que poderão desencadear as situações de tragédias na vida adulta, portanto  
500 é muito importante ter esse cuidado especial no atendimento de nossas crianças.  
501 Reporta-se ao Sr. Valdecir questionando sobre o atendimento dos sete distritos e  
502 quanto à situação de férias dos CMEIS em que ficam descobertas as famílias. Sr.  
503 Valdecir esclarece quanto ao controle de vagas da lista de espera, que por ora serão  
504 controladas por ele e pelo Dr. Luciano. Diz ainda que não farão cadastros fora de  
505 período definido. Apenas não constarão na lista as situações de crianças  
506 encaminhadas pelo Juiz, decorrentes de situação de risco. Quanto à contratação de  
507 professores, informa que no Concurso Público foram aprovados cento e poucos que  
508 serão convocados, e em relação às crianças matriculadas e que ainda não estão  
509 freqüentando é porque depende do registro formal no CENSO. Acredita que em  
510 junho será resolvido o problema de falta de professores e quanto à Internet está  
511 sendo encaminhado para que todos os CMEIS tenham internet instalada em breve.  
512 Sra. Roselen expõe que uma mil e duzentos matrículas foram realizadas e que  
513 essas não entraram no censo, pois entrarão no próximo ano. Quanto aos registros  
514 são realizados no Sistema Proinfância o qual é muito rápido e complexo. Relativo à  
515 manutenção de folha de pagamento para as sete unidades, já está liberado o  
516 depósito do repasse de uma parcela, que será encaminhado ao Conselho Municipal  
517 de Educação para análise. Sr. Valdecir responde em relação ao atendimento dos  
518 Distritos, dizendo que o atendimento é universalizado para o PRE I e PRE II, e  
519 quanto ao atendimento das crianças do campo, ainda há uma deficiência na Política  
520 de Educação que não preconiza a Educação Infantil no campo. Em relação à  
521 questão de férias clarifica que se trata de uma problemática presente, pois em junho

522 trabalham em sistema de escala, com redução setenta a oitenta por cento no  
523 comparecimento e ainda sem previsão em relação ao período que comporta  
524 dezembro a janeiro. Dr. Luciano reitera que o papel da audiência é a discussão  
525 relativa à insuficiência e número de vagas e esses demais aspectos, pressupõe-se  
526 que estejam funcionando bem, caso contrário serão fruto de procedimento  
527 investigatório e salienta que o estatuto da Criança e do Adolescente preconiza a  
528 obrigação da família de cuidar de suas crianças. Uma Senhora presente, a qual não  
529 se identificou, falou de forma desesperada e chorou ao relatar que há mais de um  
530 ano está buscando vaga em CMEI e que dois estão instalados bem próximos da sua  
531 casa, e mesmo assim não obteve êxito. Diz que é diarista e recebe cem reais por dia  
532 e paga quarenta para uma pessoa cuidar da filha. Que está tendo problemas  
533 familiares decorrentes de tal fato, diante disso fica muito nervosa e cansada e não  
534 sabe mais o que fazer. Dr. Luciano intervém dizendo que esse depoimento é muito  
535 importante, pois certamente representa o anseio de muitas outras mães e os  
536 problemas que teremos no futuro, pois outras demandas advirão. E menciona que  
537 neste momento não há crianças acolhidas por situação de risco decorrentes da falta  
538 de vagas em CMEIS, contudo, observa que esta situação pode ocorrer. Informa que  
539 a Defensoria Pública tem esse papel e a orienta a procurar o Órgão para registrar  
540 sua necessidade e repassa a palavra para o Defensor Público Dr. Marcelo Diniz, o  
541 qual explica qual é o papel da defensoria: de judicializar as demandas individuais e  
542 coletivas, garantir a democracia efetiva e o acesso à justiça de forma gratuita e a  
543 quem dela necessitar. Diz que às demandas coletivas advém de um conjunto de  
544 demandas individuais. Dr. Luciano delimita o tempo para finalização da Audiência  
545 Pública até as vinte e duas horas e vinte e cinco minutos, com finalização das  
546 propostas e encerramento do evento. Sra. Guiomar Aparecida Padilha -  
547 Coordenadora do CMEI Sonho de Criança, questiona como responder aos  
548 encaminhamentos dos Conselheiros Tutelares se não há vagas, e que o que está  
549 sendo falado aqui no evento, nós coordenadores escutamos todos os dias ao  
550 atender solicitações de famílias e de mães desesperadas. Que atende em média de  
551 quatro a cinco casos por dia de mães que choram na sua frente, as quais imploram  
552 uma vaga para não perderem o emprego e em muitos casos até o marido. Acredita  
553 que todos os CMEIS estão atendendo muito além de suas capacidades e diante  
554 disso não vê nenhuma saída sem a construção dos novos CMEIS, não porque não  
555 querem trabalhar com crianças, pois sabe e reconhece que essas precisam  
556 integralmente dos atendimentos da equipe que trabalha nos CMEIS. Clarifica que  
557 muitas famílias não querem ter seus filhos em casa, e certamente deixariam  
558 integralmente no CMEIS, para se livrarem de suas responsabilidades. Sra. Dionisia  
559 S. Cândido – Coordenadora do CMEI Valério Barather, expõe que é preciso pensar  
560 nas crianças e na qualidade do atendimento que prestam as mesmas, e se reporta  
561 aos Vereadores presentes dizendo que esses não pensam nas crianças e sim nos  
562 votos das famílias. Diz que se preocupa com o futuro das crianças que não  
563 convivem com suas famílias e que deve haver medidas em relação a isso e quando  
564 necessário tirar o direito familiar em relação a esses filhos, pois as crianças devem  
565 ter o direito de estar com sua família, pois isso é extremamente necessário para seu  
566 desenvolvimento. Coloca que o primeiro passo é valorizar os profissionais para que  
567 possam estar mais motivados para essa árdua tarefa, além do que  
568 independentemente disso trabalham com seu limite de condições e  
569 comprometimento. Discorda do Vereador Pedro em relação à questão de férias, pois

570 no seu entender as crianças têm direito de ter férias e um período de convivência  
571 familiar. Sra. Ana Paula Coelho M. - Professora e Coordenadora de CMEI Criança  
572 Feliz expõe que o foco deve ser a criança e em hipótese alguma a preocupação  
573 deve ser com os adultos. Diz que a educação em Cascavel é maravilhosa e a nível  
574 nacional é melhor ainda e que fica preocupada com a criação de novas vagas, pois  
575 no seu entender a preocupação maior deveria ser com a qualidade do atendimento.  
576 Que as construções de novas Unidades devem ser de forma planejada e consciente  
577 visando como prioridade o bem estar da criança e seu desenvolvimento. Que a  
578 carga horária atual é das sete às dezoito horas e trinta minutos e que com esse  
579 distanciamento das crianças de suas famílias as mesmas passam a ter uma vida  
580 como se fossem adultas e perdem a oportunidade primordial que é o contato com a  
581 família. Observa quando as mães vêm buscar seus filhos no CMEI que as mesmas  
582 estão sem paciência e cansadas e não dão carinho para os filhos e sim saem os  
583 levando arrastados pelo caminho. Menciona e sugere que a carga horária de  
584 atendimento não deve ultrapassar a seis horas e discorda com a realização de  
585 parcerias com a iniciativa privada, pois os cidadãos pagam seus impostos e devem  
586 ter acesso às políticas públicas. Nesse momento Dr. Luciano encerra as  
587 manifestações e limita apenas para apresentação de propostas. Sra. Ida Maria Dolla  
588 propõe aos Vereadores para que garantam a inclusão no PPA e LDO, de rubrica  
589 específica para acessibilidade urbanista, arquitetônica e ajudas técnicas. Dr. Luciano  
590 esclarece que é preciso propor interdição nos casos de inadequações conforme  
591 previsão legal. Há outra apresentação de proposta para que seja garantida a  
592 abertura de espaços de discussão entre CMEIS, APPs e PAIS, com termo de  
593 conduta garantindo o acesso as crianças que já estão sendo atendidas. Dr. Luciano  
594 diz que buscarão através do processo em andamento alternativas para a lista de  
595 espera; criação do CADUNICO; Sistema de Registro de matrículas; Levantamento  
596 de quem está esperando/ por quanto tempo e o acesso dessas pessoas;  
597 Transparência na divulgação das listas; Questões construtivas e de engenharia;  
598 investimentos previstos no PPA e LDO que dependem do Executivo e do Legislativo;  
599 Questão da Universalização do atendimento até 2015 – Fases I e 2016 – Fase II;  
600 Apuração de irregularidades e questões de parcerias e convênios que são de  
601 responsabilidade do Executivo Municipal. Finaliza dizendo que é preciso pensar  
602 como vamos atender a demanda e o que precisamos frente às propostas aqui já  
603 apresentadas de ampliação da rede. Quanto às questões que perpassam pela  
604 Convivência Familiar e Comunitária, o assunto deve ser amplamente debatido no  
605 CMDCA, frente ao que a Política Municipal de Atendimento nessa área vem  
606 realizando e precisa ser melhorado. Nada mais havendo para tratar o Dr. Luciano,  
607 neste ato coordenador dos trabalhos, agradece a presença de todos, e encerra a reunião  
608 às vinte e duas horas e trinta minutos e eu Etelda  
609 Madsen\_\_\_\_\_ lavrei a presente ata, que após lida e  
610 aprovada, será assinada por mim e pelo Dr. Luciano Machado de  
611 Souza\_\_\_\_\_.